

Desindexação não saiu dos planos

José Negreiros

Brasília — Desde a véspera de sua divulgação que o novo pacote antiinflação não inspira a confiança de que será suficiente para suprimir a parcela do déficit público recomendada pelo FMI. Portanto, dará uma colaboração limitada ao fluxo de financiamentos da dívida externa, e por essa razão intranquiliza o Governo.

Elaborado às pressas nos últimos 30 dias, sob pressão da próxima auditoria do Fundo, ele reflete a falta de unidade no comando econômico. De acordo com a ortodoxia monetarista, deveria conter necessariamente o controle dos salários e, se fosse vulnerável à influência dos parlamentares do PDS, poderia abrir mais exceções setoriais no capítulo de retirada dos subsídios.

O primeiro bombardeio partiu de um de seus próprios setores, o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, para quem não há coerência entre aperto financeiro e preservação de uma política de reposição nominal dos salários. Com isso ele antecipa um arrocho que julga inevitável, e que segundo um político governista seu amigo poderá vir de duas formas.

Ou através da aprovação do projeto do Senador Roberto Campos, que garante a intervenção oficial apenas no estabelecimento do salário mínimo, delegando a delicada atribuição ao Congresso; ou pelo simples expurgo do INPC dos aumentos resultantes da redução dos subsídios diretos aos derivados de petróleo, trigo e açúcar. A propósito, um grupo de técnicos da Fundação Getúlio Vargas reúne-se hoje no Rio para tratar de uma hipótese metodológica com esse objetivo.

Num caso e noutro isso representará um protótipo de desindexação da economia, da qual a maioria dos membros do Governo é partidária, mas reconhece as dificuldades em adotá-la. A nível político, há o acordo com o PTB, que protege a lei salarial. A nível técnico, o obstáculo é a exigência do FMI de que a taxa de câmbio corresponda, no mínimo, ao crescimento da inflação. E como a estas duas o Banco Central resolveu, em março, indexar a correção monetária, ao voltar atrás teria de abolir a Resolução 802, que fixou tal regra, submeter a novo abalo a credibilidade das autoridades e buscar alternativas para os contratos de seguro cambial.

Em suma, segundo um dos participantes da reunião dos Ministros Delfim Neto e Ernane Galvêas com a liderança do PDS e do PTB quarta-feira, para antecipar-lhes o pacote, o assunto obsessivamente tratado foi expurgo do INPC, sem o qual os ministros acham que as medidas não surtirão efeito antiinflacionário desejado.

O professor Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, contudo, ao tomar conhecimento do pacote, interpretou que ele não passa de uma "derrama fiscal", que agravará o ritmo ascendente dos preços, apesar de o Governo estar pensando em estreitar os controles dos reajustes recorrendo à clássica intervenção do Conselho Interministerial de Preços. Ele acha que o diagnóstico oficial não leva em conta os pesados custos transferidos a toda a economia a partir da maxidesvalorização do cruzeiro de 18 de fevereiro. E prevê que uma estratégia com o objetivo de extrair esse ônus, em nível definitivo, exclusivamente da modesta massa de salários será danoso. A renda nacional não é composta só de salários, raciocina, e a atual desestabilização causada pelo programa de ajuste do FMI será responsável pelo prolongamento do impulso inflacionário.

No gabinete de Delfim, contudo, o diagnóstico é diferente. A preocupação dominante passou a ser com o "pacote nº 2", uma vez que, medido sob o ângulo da crise cambial, o de hoje é prioritariamente sistema restaurador — a nível fiscal e monetário — das distorções no sistema financeiro e no aperto de caixa do Tesouro Nacional. É verdade que o aumento da gasolina foi mais salgado do que o previsto, mas a ala mais dura da área econômica advogava juros reais para financiamentos agrícolas, confisco do Imposto de Renda e achatamento salarial imediato.

Na dieta das estatais, se o decreto cortando privilégios poderá surtir efeitos políticos saudáveis, o fato de ter sido reescrito cerca de 20 vezes, segundo fonte da Sest, com a preocupação de evitar conflitos jurídicos irreparáveis para o Executivo, demonstra o quanto poderia ser mais eficiente se não contasse com uma enorme resistência da administração pública.

E afinal, o balé das pressões e contrapressões que pautou a elaboração das medidas revelou no Ministro Leitão de Abreu grande habilidade para conciliar interesses, paciência para ouvir queixas e influência na aproximação de tenocratas e pedessistas para, no inimo, tomar conhecimento prévio das medidas.